



PREGÃO ELETRÔNICO

038/FMS/2025

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva (pequenos reparos), sem o fornecimento de materiais, em prédios vinculados a Secretaria de Saúde do município de Criciúma/SC.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 660.000,00 (Seiscentos e sessenta mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 28/11/2025 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MAIOR DESCONTO (%) SOBRE TABELA

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

PREGÃO ELETRÔNICO

ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/FMS/2025

(Processo Administrativo nº 706638)
(Formalização de Demanda nº 36/2025)

Torna-se público que a Secretaria de Saúde do Município de Criciúma/SC, através da Diretoria de Licitações e Contratos, por meio do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 1658/2023, datado de 13/07/2023, situado a Rua Domenico Sonego, 542 - Criciúma - SC, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal SG/nº 1415 de 8 de julho de 2024 e alterações subsequentes, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva (pequenos reparos), sem o fornecimento de materiais, em prédios vinculados a Secretaria de Saúde do município de Criciúma/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor valor **MAIOR DESCONTO (%) SOBRE TABELA**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. O regime de empreitada adotado será por preço unitário.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular na plataforma BLL COMPRAS: (<https://www.bll.org.br/>)

2.1.1. Os interessados deverão atender à todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos até o horário e data limites registrados na plataforma (trinta minutos antes da data limite para abertura da sessão).

a) Data limite para acolhimento das propostas: **28/11/2025 às 08h30min**

b) Data e horário da Abertura da Sessão e início da disputa: **09h do dia 28/11/2025.**

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação junto ao sistema.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

2.6.1. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6.2. Quando houver item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

2.6.3. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

2.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- 2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Os licitantes efetuarão o lançamento das informações da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa etapa.
- 3.2. O envio da proposta de preços (preenchida através do sistema), os documentos que compõem a proposta, assim como os documentos de habilitação exigidos neste Edital e, posteriormente, da

proposta comercial vencedora adequada ao último lance, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

3.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.4. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.7.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.7.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.8.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.8.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Desconto no item, em percentual (%);

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1,0% (um por cento)**.

5.8.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances poderá ser alterado pelo pregoeiro no caso de demora na conclusão dos lances do certame, o qual será comunicado previamente via sistema.

5.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

5.10. Será adotado para o envio de lances no **pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO"** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

- 5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada na plataforma BLL Compras, www.bll.org.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 5.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 5.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60º, da LEI Nº 14.133, de 2021:

- 5.28.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.28.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.28.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.28.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.28.5. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.28.5.1. Empresas estabelecidas no território do município de Criciúma/SC;
 - 5.28.5.2. Empresas brasileiras;
 - 5.28.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 5.28.5.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 5.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 5.31. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo;
- 5.32. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.32.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **60 (sessenta) minutos**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares à proposta.
- 5.32.1.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 5.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.33.1. A proposta adequada, deverá conter a descrição detalhada dos itens, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, e demais informações que considerar pertinentes;

6. DA FASE DE JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#).

6.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

6.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.4.1. conter vícios insanáveis;

6.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.5. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.5.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.5.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.5.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.6. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.6.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.6.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.6.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.6.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.8.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, ou apreciação de catálogo, ficha técnica ou qualquer outro documento exigido pela área técnica requisitante do município, seja na fase de proposta de preços, habilitação ou qualquer fase do certame se necessário, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

6.12. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **60 (sessenta) minutos**, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

6.12.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados

pelo Pregoeiro, o qual serão analisados por técnicos competentes da Administração, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro solicitará o envio da habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Após a fase de julgamento da(s) proposta(s), e atendidas as condições de participação, o(s) licitante(s) vencedor(es) será(ão) convocado(s) para apresentar os documentos relativos à HABILITAÇÃO, em formato digital, para compor a sequência dos autos, devendo serem anexados na plataforma de disputa, no prazo de até **60 (sessenta) minutos** contados da solicitação do pregoeiro.

7.1.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.2. É dever do licitante, o envio dos documentos de habilitação por meio da plataforma, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, devendo estarem vigentes na data da abertura da sessão pública.

7.3. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.1. A documentação de HABILITAÇÃO somente será exigida do licitante vencedor na forma do Art. 63, II da Lei 14.133, de 2021:

II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento; (BRASIL, 2021);

7.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **60 (sessenta) minutos**, sob pena de inabilitação.

7.4.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

OS LICITANTES DEVERÃO APRESENTAR PARA FINS DE HABILITAÇÃO, OS SEGUINTE DOCUMENTOS CONFORME ABAIXO:

8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELL: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

8.2.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante Certidão Conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União e relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

8.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

8.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

8.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

8.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

8.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.3.1.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.3.1.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.3.1.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.4. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.4.1. **CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA** expedida pelo Conselho de Classe competente, da jurisdição da sede da empresa Licitante, devidamente atualizada.

8.4.2. **CAPACITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:** mediante a apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica que comprove que a licitante prestou ou vem prestando serviços pertinentes e compatíveis em características tecnológicas e operacionais ao objeto do Edital

8.4.3. **CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA** emitida pelo Conselho de Classe competente da jurisdição do domicílio do(s) profissional(ais) responsável(eis) técnico(s) da licitante, devidamente atualizada.

8.4.4. **COMPROVAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL** mediante a apresentação de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CATs), expedida(s) pelo conselho profissional competente, que comprove(m) a sua responsabilidade técnica por execução de serviço compatível em características semelhantes aos aqui licitados

8.4.5. **COMPROVAÇÃO DE VINCULO PROFISSIONAL** formal do(s) responsável(eis) técnico(s) com a licitante deverá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

8.4.5.1. no caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o n.º de registro, qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração de salário;

8.4.5.2. no caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou da sede da licitante.

8.4.5.3. responsável técnico: certidão de registro de pessoa jurídica no conselho profissional competente;

8.4.5.4. no caso de profissional autônomo/liberal, termo de compromisso de aceitação de responsabilidade técnica da obra ou serviço, no caso da empresa vier a ser vencedora da licitação, em data anterior à data de abertura Da sessão desta licitação.

Obs.: No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados e/ou CATs de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, serão inabilitadas, não cabendo qualquer alegação ou recurso.

8.5. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

8.5.1. A Comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte será efetivada obrigatoriamente através da CERTIDÃO SIMPLIFICADA emitida pela Junta Comercial da sede da licitante, onde fique demonstrada a condição de enquadramento de ME ou EPP da licitante, a fim de usufruir dos benefícios concedidos pela Lei complementar 123/2006;

8.5.2. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.5.3. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.6. DECLARAÇÕES

8.6.1. Declaração Conjunta, conforme modelo Anexo 4 do Edital;

8.6.1.1. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6.2. Declaração, caso contratada, de que contratará pessoas presas ou egressos nos termos da Lei Municipal nº 8.245/2022, acompanhada de declaração emitida pelo órgão responsável pela execução penal de que dispõe de pessoas presas aptas a execução de trabalho externo.

8.6.3. Declaração, caso contratada, de que contratará mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar nos termos da Lei Municipal nº 7.823/2020.

8.7. DA FASE DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.7.1. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando via sistema a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.7.2. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.7.3. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.7.3.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.7.4. Tratando-se de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.7.5. Todas as certidões, declarações ou documentos equivalentes expedidos sem prazo de validade serão considerados válidos desde que expedidos no máximo a 90 (noventa) dias anteriores à data de emissão. Salvo documentos que pela sua natureza não possuem prazo de validade.

8.7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada.

8.7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.7.9. Após a realização da abertura da licitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.7.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
e

8.7.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.7.10. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.7.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.7.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata os itens anteriores.

8.7.12.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7.12.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **30 (trinta minutos)**;

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

10.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

10.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. Junto a assinatura do Contrato será solicitada ao contratante, a apresentação de sua regularidade disciplinar ou sanções, a qual deverá ser provada através da Certidão negativa

correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) - Controladoria-Geral da União, emitida através do link <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

10.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico.

10.5. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

10.5.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

10.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital, constatada a existência de sanções ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

11 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei da Lei 14.133/21, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital ou seus anexos;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

11.2. Cometer infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o adjudicatário que, após autorização de fornecimento, ordem de serviço, ou ato de mesma natureza, não entregar o produto ou serviço, entregar o produto ou serviço em desacordo com o termo de referência ou realizar quaisquer outros atos que configurem descumprimento total ou parcial da Ata de Registro de Preços.

11.3. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.3.1. advertência;

11.3.2. multa;

11.3.3. impedimento de licitar e contratar e

11.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.4.2. as peculiaridades do caso concreto

11.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% do valor mensal da proposta a 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.5.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 20% do valor do contrato licitado.

11.5.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.2, a multa será de 10% a 20% do valor do contrato licitado.

11.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.13. Da aplicação da sanção prevista no [inciso IV do caput do art. 156 desta Lei](#) caberá apenas pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados através da plataforma www.bll.org.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos seguintes endereços eletrônicos www.bll.org.br e <https://www.criciuma.sc.gov.br>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

13.11.1.1. Anexo I-A - Unidades físicas dos estabelecimentos de saúde

13.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

13.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato



13.11.3. ANEXO III –Planilha Orçamentária

13.11.4. ANEXO IV – Declaração unificada

Criciúma, 11 de novembro de 2025.

**DEIVID DE FREITAS FLORIANO
SECRETÁRIO DE SAÚDE**

ANEXO I AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 038/FMS/2025 MEMORIAL DESCRITIVO OU TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência tem como finalidade estabelecer as diretrizes técnicas e administrativas para a contratação de empresa especializada na execução de **serviços de manutenção predial corretiva**, sob demanda, **por produção, sem fornecimento de materiais**, para atender às necessidades estruturais das unidades vinculadas à **Secretaria Municipal de Saúde do Município de Criciúma/SC**.

Os materiais serão fornecidos conforme a licitação vigente, **Pregão Eletrônico 300/2023 Ata 61/2024**.

A contratação ora proposta será formalizada mediante **procedimento licitatório regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), em consonância com os princípios da **legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, sustentabilidade e interesse público**, previstos no artigo 5º da referida norma.

A execução dos serviços será realizada por **empreitada por preço unitário**, conforme previsto no artigo 6º, inciso XLII da Lei nº 14.133/2021, tomando como referência os itens constantes da **Tabela SINAPI vigente no Estado de Santa Catarina**, de forma a assegurar a padronização dos custos e a compatibilidade com os preços praticados pelo mercado. A prestação dos serviços ocorrerá de forma contínua, conforme demanda da Administração, e será instruída por **ordens de serviço individualizadas**, contendo o escopo, local de execução e prazos específicos.

Esta contratação se justifica pela natureza essencial e contínua dos serviços prestados pela rede municipal de saúde, cujas estruturas físicas demandam manutenção constante para garantir a segurança, a higiene, a acessibilidade e a adequação dos ambientes assistenciais. Considerando-se a **imprevisibilidade das ocorrências e a diversidade das intervenções necessárias**, torna-se imprescindível a formalização de instrumento contratual que assegure pronta resposta às demandas, com agilidade, controle técnico e respaldo legal.

Este Termo de Referência constitui, portanto, o documento base para subsidiar o processo licitatório, a elaboração do edital, a análise das propostas, a formalização contratual e o gerenciamento da execução, nos termos do artigo 18, inciso I da Lei nº 14.133/2021, integrando-se ao processo administrativo de contratação de maneira formal e vinculante.

1 – ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) ITEM(S) OU SERVIÇO(S)

A contratação tem por objeto a execução de serviços de manutenção predial corretiva, por produção, nos diversos estabelecimentos da rede municipal de saúde de Criciúma/SC.

A prestação dos serviços será realizada sem fornecimento de materiais, tomando-se como referência os itens e valores constantes na Tabela SINAPI/SC vigente, contemplando reparos estruturais, hidráulicos, elétricos, sanitários, de coberturas, revestimentos, esquadrias, acessibilidade, entre outros, conforme demanda identificada e formalizada por ordens de serviço, conforme planilha orçamentária constante no ANEXO I deste Termo de Referência.

Os serviços de manutenção predial corretiva configuram-se como comuns, executados sob demanda, com qualidade assegurada por meio de ordens de serviço individualizadas e fiscalização in loco.

Requisitos mínimos de qualidade dos serviços:

Reparos estruturais: devem garantir a estabilidade e segurança da edificação, observando-se as normas técnicas pertinentes, como a ABNT NBR 6118, com uso de materiais compatíveis e, quando necessário, apresentação de laudo técnico e ART ou RRT.

Reparos hidráulicos: devem restabelecer o funcionamento completo das redes de água potável, águas pluviais e esgoto sanitário, utilizando componentes novos, padronizados e de primeira linha, com realização de testes de estanqueidade e pressão.

Reparos elétricos: devem seguir as diretrizes da NBR 5410, com substituição ou correção de fiações, dispositivos e quadros, garantindo compatibilidade com a rede existente e eliminando riscos de curtos-circuitos, sobrecargas e falhas de aterramento.

Reparos sanitários: devem assegurar o pleno funcionamento de torneiras, sifões, vasos, chuveiros e demais componentes, com higienização adequada, uso de peças compatíveis e testes obrigatórios após a execução.

Coberturas: devem garantir total vedação contra infiltrações, mediante substituição ou reparo de telhas, calhas, rufos e mantas, assegurando o correto escoamento das águas pluviais e fixação segura contra intempéries.

Revestimentos: substituições ou correções de reboco, pintura, cerâmicas e outros acabamentos devem manter a uniformidade estética e funcional, respeitando prumo, nivelamento e tempo de cura dos materiais.

Esquadrias: portas, janelas, venezianas e similares devem ser ajustadas ou substituídas com garantia de funcionamento adequado, alinhamento, vedação e isolamento térmico e acústico.

Acessibilidade: é obrigatório o cumprimento da NBR 9050, com instalação e adequação de rotas acessíveis, sinalização tátil e visual, barras de apoio e demais elementos que assegurem uso autônomo por pessoas com deficiência.

Outros serviços, como pequenos reparos, manutenções preventivas, limpeza técnica e substituições diversas deverão seguir os mesmos padrões de qualidade, acabamento e segurança, mantendo o padrão preexistente, salvo quando houver necessidade de adequação normativa ou melhoria.

Todos os serviços deverão ser formalizados por meio de ordem de serviço emitida pelo setor competente, contendo descrição, local, prazo, materiais e responsável técnico. Será obrigatória a realização de vistoria e aceite técnico ao final da execução, com registro fotográfico antes e depois. O termo de referência será detalhado com as especificações mínimas dos serviços, incluindo critérios claros para execução, medição e fiscalização, observando as normas CITADAS NR-18 e NR-35, sendo:

NR-18 (Segurança em serviços de engenharia e manutenção):

- Uso obrigatório de EPIs (capacete, luvas, óculos, etc.);
- Isolamento e sinalização da área de trabalho;
- Análise preliminar de riscos antes da execução;
- Ferramentas e equipamentos utilizados de forma segura.

NR-35 (Segurança em trabalho em altura – acima de 2m):

- Treinamento obrigatório para os trabalhadores;
- Plano de trabalho e análise de risco para atividades em altura;
- Uso de cintos de segurança, trava-quedas e sistemas de ancoragem;
- Supervisão durante a execução.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade da manutenção das unidades de saúde, pois, configura-se como necessidade pública permanente, indispensável à continuidade dos serviços assistenciais e ao dever do Estado de assegurar condições adequadas ao atendimento da população.

A contratação justifica-se pela imprevisibilidade e recorrência das demandas de manutenção, que inviabilizam a realização de processos licitatórios individualizados para cada ocorrência. Nesse contexto, o modelo de execução por produção, fundamentado na Tabela SINAPI e no regime de empreitada por preço unitário, mostra-se o mais adequado às necessidades da Administração, pois permite controle técnico e financeiro preciso sobre os serviços prestados, garantindo vantajosidade, transparência e observância dos princípios da economicidade e eficiência administrativa.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada, devidamente registrada nos conselhos de classe competentes, dotada de equipe técnica habilitada, mão de obra qualificada e recursos operacionais adequados à execução dos serviços de manutenção predial corretiva. A prestação dar-se-á sob o

regime de empreitada por preço unitário, em modelo de produção, de acordo com os quantitativos efetivamente executados e mediante emissão de ordens de serviço específicas pela Administração. A execução observará os parâmetros técnicos e os valores de referência constantes da Tabela SINAPI vigente no Estado de Santa Catarina, em conformidade com a planilha orçamentária e as condições estabelecidas no edital.

Todos os serviços deverão ser realizados com o uso de equipamentos apropriados e em estrita observância às normas da ABNT, às normas regulamentadoras de segurança do trabalho (NRs) e à legislação aplicável.

4 – DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se com esta contratação:

- Assegurar a pronta resposta às demandas de manutenção corretiva nas unidades de saúde;
- Garantir ambientes seguros e funcionais, em conformidade com os requisitos sanitários, estruturais e de acessibilidade;
- Minimizar interrupções nos atendimentos à população, decorrentes de problemas estruturais e prediais;
- Preservar o patrimônio público, evitando a degradação progressiva das edificações;
- Racionalizar os gastos públicos, com base em critérios técnicos e tabelas oficiais de referência.

5 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas por servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que ficará responsável por acompanhar o cumprimento das obrigações, avaliar a conformidade do material entregue e registrar ocorrências em relatório próprio.

6 – QUANTIDADE

As quantidades e itens a serem executados estão detalhados no Anexo I – Itens Pequenos Reparos, parte integrante deste Termo de Referência.

7 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 dias após a entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, entrega do relatório técnico contendo a medição dos serviços executados e atesto formal da fiscalização contratual.

8 – PRAZO DE FORNECIMENTO OU EXECUÇÃO

O prazo de execução será estabelecido individualmente em cada ordem de serviço, considerando o grau de complexidade, a urgência e o tipo de intervenção necessária. O prazo de início da execução não deverá ultrapassar 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento formal da ordem de serviço, salvo disposição diversa expressa. O prazo contratual terá vigência inicial de 12 meses, prorrogável conforme critérios da Lei nº 14.133/2021.

9 – LOCAL DE ENTREGA OU PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Os serviços serão realizados nas **unidades físicas dos estabelecimentos de saúde de Criciúma/SC**, incluindo, mas não se limitando a, ANEXO II deste Termo de Referência.

10 – OUTRAS INFORMAÇÕES QUE JULGAREM NECESSÁRIAS

- Os serviços deverão observar todas as normas técnicas da **ABNT**, bem como as disposições da **NR-18, NR-35** e demais normas de segurança e saúde no trabalho;

- A contratada deverá manter quadro funcional compatível com a demanda, incluindo profissionais legalmente habilitados;
- É de responsabilidade exclusiva da contratada todas as despesas com encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, logísticos e operacionais decorrentes da execução contratual;
- A execução dos serviços não poderá comprometer o funcionamento das unidades de saúde; para isso, a contratada deverá executar, quando necessário, em horários alternativos (noturnos, finais de semana ou feriados);
- A contratada deverá manter registro fotográfico antes e após a execução de cada serviço, a ser anexado ao relatório técnico;
- A inexecução ou execução inadequada implicará a aplicação das sanções previstas nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021;
- A rescisão contratual seguirá os dispositivos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

11- REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

Os prédios da Secretaria da Saúde realizam a solicitação dos serviços por meio do sistema GDOC, que gera um número de protocolo (número do GDOC) para cada pedido. Esse número é encaminhado à empresa terceirizada responsável pela execução dos serviços.

A empresa contratada realiza os serviços conforme solicitado. Em seguida, é feita uma visita **in loco** para verificar o que foi executado, conferindo a qualidade da prestação. Para comprovar a execução, todos os serviços são documentados com fotos e relatórios.

12- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os pagamentos à empresa contratada serão realizados ao final de cada mês, mediante certificação da nota fiscal, condicionada à comprovação da execução dos serviços e à apresentação da documentação exigida nos requisitos de contratação.

13 - APROVAÇÃO E ASSINATURA

O Termo de Referência foi aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da Secretaria Municipal de Saúde, conforme listagem abaixo:

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<p>_____ Debora Jeremias dos Santos Matrícula: 66.221 Criciúma, SC 09/10/2025</p>	<p>_____ Eliane das Graças Camargo dos Santos Salib Matrícula: 57.725 Criciúma, SC 09/10/2025</p>

SECRETÁRIO DE SAÚDE
<p>_____ Deivid de Freitas Floriano Matrícula: 57.542 Criciúma, SC 09/10/2025</p>

Anexo I-A

UNIDADES FÍSICAS DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE	HORÁRIO DE ATENDIMENTO
UNIDADE BASICA DE SAUDE ANA MARIA	AVENIDA GILIO BURIGO,S/N, ANA MARIA, 88815-318	(48)3445-8450	07:00 AS 19:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE ARGENTINA	TRAVESSA TAQUARI, S/N, ARGENTINA, 88813-550	(48)3445-8451	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE BOA VISTA	RUA SAO FRANCISCO DO SUL, S/N, BOA VISTA, 88805-700	(48)3445-8765	07:00 AS 19:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE BRASILIA	RUA XINGU, S/N, BRASÍLIA, 88813-170	(48)3462-1340	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRO	RUA JOAO PESSOA, 196, CENTRO 88801-530	(48)3430-0959	07:00 AS 19:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRO SOCIAL URBANO	RUA ACRE, 191, PRÓSPERA, 88813-340	(48)3445-8456	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE CIDADE MINEIRAS	RUA LINDOLFO MEIRA, S/N, MINEIRA NOVA, 88806-480	(48)3445-8453	07:00 AS 19:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE COLONIAL	RUA JOSE VANIO BURIGO, S/N, COLONIAL, 88819-232	(48)3442-3658	08:00 AS 17:00 h
UNIDADE BASICA DE SAUDE CRISTO REDENTOR	RUA CECILIA MARIA VIEIRA BATISTA, S/N, CRISTO REDENTOR, 88816-236	(48)3445-8455	07:00 AS 19:00 h
UNIDADE BASICA DE SAUDE DE SAO ROQUE	RUA LUIZ JOSE MARIANO, S/N, SÃO ROQUE, 88805-530	(48)3445-8487	Extensão Da UBS Sangão (abre nas quintas)
UNIDADE BASICA DE SAUDE LARANJINHA	RUA CAETANO RONCHI, S/N, LARANJINHA, 88818-680	(48)3445-8457	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE LINHA ANTA	RUA CAETANO SCREMIN, S/N, LINHA ANTA, 88812-751	(48) 3434-1583	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE LINHA BATISTA	RODOVIA LEONARDO BIALECK, S/N, LINHA BATISTA, 88812-870	(48)3445-8478	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE MAE LUZIA	RUA VEREADOR JOSE DANDOLINI, 160, MÃE LUZIA, 88808-500	(48)3445-8458	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE MARIA CEU	RUA GONZAGA AMANTE, 280 MARIA CÉU, 88810-332	(48)3438-0727	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE METROPOL	RUA JOSE MANOEL SEBASTIAO, S/N, METROPOL, 88819-795	(48)3445-8483	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE MILANESE	RUA VALDIR VAZ FRANCO, S/N, MILANESE 88804-528	(48)3445-8422	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE MINA DO MATO	RUA ANTONIO TEODORO MAXIMO, 72, MINA DO MATO, 88810-530	(48)3403-6011	07:00 AS 19:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE MINA DO TOCO	RUA BENJAMIN PELEGRINI, S/N, MINA DO TOCO, 88819-481	(48)3445-8484	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE MORRO ESTEVAO	RUA BRUNO NICROSINI, 153, MORRO ESTEVAO, 88816-710	(48)3461-8450	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE NOSSA SENHORA DA SALETE	RUA DIONISIO MILIOLI, S/N, NOSSA SENHORA DA SALETE, 88815-510	(48)3445-8461	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE NOVA ESPERANCA	RUA FAUSTO ANTONIO MARQUES, S/N, NOVA ESPERANCA, 88806-056	(48)3445-8472	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE OPERARIA NOVA	RUA ATAULFO ALVES, S/N, OPERÁRIA NOVA, 88809-210	(48)3437-9705	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE PARAISO TEREZA CRISTINA	RUA IMIGRANTE BENEDET, S/N, PARAÍSO, 88805-120	(48)3445-8480	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE PINHEIRINHO	RUA IMIGRANTE MELLER, S/N, PINHEIRINHO, 88805-085	(48)3445-8846	07:00 AS 19:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE PRIMEIRA	RODOVIA ALEXANDRE BELOLI, S/N,	(48)3445-8404	08:00 AS 17:00h

LINHA	PRIMEIRA LINHA, 88816-500		
UNIDADE BASICA DE SAUDE PROSPERA	RUA PERNAMBUCO, S/N, PRÓSPERA, 88813-010	(48)3439-3097	07:00 AS 19:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE QUARTA LINHA	RUA MONSUETO LUIZ ROSSO, 65, QUARTA LINHA, 88812-499	(48)3437-6741	07:00 AS 19:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE RENASCER MINA QUATRO	RUA HEITOR FRAGA DE OLIVEIRA, 144, RENASCER, 88816-013	(48)3445-8460	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE SANGAO	RODOVIA JORGE LACERDA, 21, SANGAO, 88805-350	(48)3445-8486	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE SANTA AUGUSTA	AVENIDA DOS ITALIANOS, S/N, SANTA AUGUSTA, 88805-400	(48)3445-8465	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE SANTA BARBARA	RUA SAMPAIO VIANA, S/N, SANTA BÁRBARA, 88804-270	(48)3445-8405	07:00 AS 19:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE SANTA LUZIA	RUA BRAZ CARDOSO FERNANDES, S/N, SANTA LUZIA, 88807-270	(48)3461-9450	07:00 AS 19:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE SANTO ANTONIO	RUA ATAIDE BOTELHO, S/N, SANTO ANTÔNIO, 88809-405	(48)3445-8467	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE SAO DEFENDE	RUA JOA BATISTA CORDEIRO, S/N, SÃO DEFENDE, 88808-073	(48)3445-8469	07:00 AS 19:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE SAO LUIZ	AVENIDA PRESIDENTE PRUDENTE, S/N, SÃO LUIZ, 88803-210	(48)3445-8462	07:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE SAO MARCOS	RUA MANUEL ANTONIO FERREIRA, S/N, SÃO MARCOS, 88810-000	(48)3445-8452	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE SAO SEBASTIAO	RUA ROSA AMPOLINA CANDIDO, S/N, SÃO SEBASTIÃO, 88807-143	(48)3445-8470	07:00 AS 19:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE SAO SIMAO	RUA VENANCIO MARTINELLO, 335, SÃO SIMÃO, 88811-815	(48)3445-8471	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE VERDINHO	RUA ALBINO DALTOE, S/N, VERDINHO, 88814-540	(48)3445-8485	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE VILA BELMIRO	RUA PROFESSORA ROSA DE SOUZA ALBANO, S/N, VILA BELMIRO, 88806-697	(48)3445-8489	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE VILA FRANCESA	RUA JOSE LUCIO GODINHO, S/N, VILA FRANCESA, 88817-378	(48)3445-8473	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE VILA MANAUS	RUA SAO FRANCISCO DE ASSIS, S/N, VILA MANAUS, 88806-825	(48)3445-8479	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE VILA RICA IMIGRANTES	RUA DOMINGOS DE VILLA, S/N, VILA RICA, 88813-730	(48)3445-8474	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE VILA ZULEIMA	RUA ANTONIO DE OLIVEIRA, S/N, VILA ZULEIMA, 88817-250	(48)3445-8475	08:00 AS 17:00h
UNIDADE BASICA DE SAUDE WOSOCRIS	RUA VIRGILIO MONDARDO, S/N, RIO MAINA, 88818-338	(48)3403-7000	07:00 AS 19:00h
CAPS IJ	RUA URUSSANGA, 36, VERA CRUZ, 88801-535	(48) 3403-7350	08:00 AS 18:00h
CAPS II	RUA MADRE TEREZA ,MICHEL, 446,	(48) 3445-8488	08:00 AS 18:00h
CAPS III	RUA XV DE NOVEMBRO, 205,CENTRO, 88801-140	(48) 3403-3450	07:00 AS 19:00h
CAPS II AD	RUA LUIZ PIROLA, 150, VILA ISABEL, 88817-070	(48) 3445-8488	07:00 AS 19:00h
CONSULTÓRIO NA RUA	RUA LUIZ PIROLA, 150, VILA ISABEL, 88817-070	(48) 99814-4746	07:00 AS 19:00h
INTEGRAMENTE	RUA GIACOMO SONEGO NETO,26, PINHEIRINHO, 88804-440	(48) 3403-7030	07:00 AS 17:00h
CRIP	RUA MARIO GREGÓRIO DOS REIS, 569, SANTA BARBARA, 88804-280	(48) 3431-0022	08:00 AS 17:00h
UPA BOA VISTA	RUA SÃO FRANCISCO DO SUL, S/N,	(48) 3445-8767	24 HORAS

	BOA VISTA, 88805-700		
CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS	RUA PERNAMBUCO, SN, PRÓSPERA, 88813-030	(48) 3413-5314	07:00 AS 19:00h
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA FARMÁCIA ESTRATÉGICA PROGRAMA DST/HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS PROGRAMA HANSENÍASE E TUBERCULOSE IMUNIZAÇÃO AGRAVOS	RUA DOS CEDROS, 155 SANTA AUGUSTA, 88805-430	(48) 3445-8730	07:00 AS 16:00h
CENTRO DE ESPECIALIDADES EM SAÚDE	RUA LUIZ PIROLA, 150, VILA ISABEL, 88817-070	(48) 3403-7436	07:00 AS 19:00h
MELHOR EM CASA	RUA LUIZ PIROLA, 150, VILA ISABEL, 88817-070	(48) 3403-6000	07:00 AS 17:00h
CENTRAL DE MONITORAMENTO	RUA LUIZ PIROLA, 150, VILA ISABEL, 88817-070	(48) 99164-5301 ou (48) 99182-7726	07:00 AS 17:00h
CENTRO DE INOVAÇÃO	RUA LUIZ PIROLA, 150, VILA ISABEL, 88817-070	(48) 99934-6471	07:00 AS 17:00h
TELE SAÚDE E TELE IDOSO	RUA LUIZ PIROLA, 150, VILA ISABEL, 88817-070	(48) 3441-0020	08:00 AS 17:00h
CENTRO DE ESPECIALIDADES SAÚDE DA MULHER, HOMEM CRIANÇA E ADOLESCENTE)	RUA LUIZ PIROLA, 150, VILA ISABEL, 88817-070	(48) 3403-7414	07:00 AS 17:00h
SAMU PRÓSPERA	RUA PERNAMBUCO, PRÓSPERA, 88813-010	(48) 3439-3097	24 HORAS
SAMU RIO MAINA	RUA LUIS PIROLA DE NÓE, 150, VILA ISABEL, 88818-070	48) 3403-7390	24 HORAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	RUA DOMENICO SONEGO, 545, CENTRO 88804-050	(48) 3445-84-00	08:00 AS 17:00h
ALMOXARIFADO CENTRAL	RUA ALVARO CATÃO, N. 748, OPERÁRIA NOVA	(48) 3445-08764	08:00 AS 17:00h
NUBEA	RUA MIGUEL PATRICIA DE SOUZA, BOSQUE DO REPOUSO, 88815-200	(48) 3445-8729	07:00 AS 16:00
CENTRO DE ZONÓSES	RUA MIGUEL PATRICIA DE SOUZA, BOSQUE DO REPOUSO, 88815-200	(48) 3413-5550	07:00 AS 16:00

APÊNDICE AO ANEXO I

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 038/FMS/2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** tem como objetivo subsidiar a contratação de serviços de **manutenção predial corretiva, por produção, sem fornecimento de materiais**, a serem executados nas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma/SC.

Os materiais serão fornecidos conforme a licitação vigente, **Pregão Eletrônico 300/2023 Ata 61/2024**.

Esta etapa do planejamento é realizada nos termos do **artigo 18 da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece como obrigatória a elaboração do ETP para contratações públicas, com vistas a demonstrar a viabilidade técnica, econômica e operacional da solução proposta.

A elaboração deste estudo atende aos princípios do **planejamento, eficiência, economicidade, transparência e responsabilidade na gestão pública**, sendo parte integrante do processo de contratação que objetiva garantir a continuidade dos serviços essenciais de saúde e a preservação das edificações públicas utilizadas para atendimento à população.

A contratação ora proposta será formalizada por meio da **modalidade Pregão Eletrônico**, adotando-se o critério de julgamento por **maior desconto sobre a Tabela SINAPI/SC**, conforme previsão no inciso II do artigo 33 da nova Lei de Licitações. O regime de execução será o de **empreitada por preço unitário**, com a prestação de serviços sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço individualizadas.

Para fins de estimativa de custos, foram consideradas as **medições e ordens de serviço executadas nos últimos 12 meses**, as quais indicaram uma média mensal de R\$ 55.000,00, resultando em uma projeção anual de **R\$ 660.000,00**. A contratação será realizada **sem fornecimento de materiais**, cabendo à empresa contratada apenas a execução dos serviços, com equipamentos, ferramentas e equipe técnica própria.

Este ETP contempla a definição das necessidades institucionais, análise de alternativas de solução, avaliação comparativa de custos, impacto ambiental, viabilidade contratual e alinhamento com o planejamento institucional da Administração. Ao final, apresenta-se a solução considerada mais adequada, vantajosa e juridicamente segura para o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Criciúma

1 – JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma possui uma extensa rede de unidades públicas de saúde, como Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e unidades administrativas. A manutenção contínua e adequada dessas estruturas é essencial para garantir a segurança, a higiene e a funcionalidade dos ambientes assistenciais.

Conforme o art. 46, §1º da Lei nº 14.133/2021, é vedada a execução de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo, salvo na exceção prevista no art. 18, 3º, que permite a dispensa do projeto executivo para serviços comuns de engenharia, desde que não haja prejuízo na aferição da qualidade e desempenho.

No presente caso, os serviços de manutenção predial corretiva são comuns, executados sob demanda, e sua qualidade será garantida por meio de ordens de serviço individualizadas, realizadas IN LOCO.

O termo de referência será detalhado com as especificações mínimas dos serviços, incluindo critérios claros para execução, medição e fiscalização, observando as normas CITADAS NR-18 e NR-35, sendo:

NR-18 (Segurança em serviços de engenharia e manutenção):

- A equipe chega no local para a manutenção;
- É feito a verificação da manutenção a ser realizada
- Isolamento e sinalização da área de trabalho
- Uso obrigatório de EPIs (capacete, luvas, óculos, etc.);
- Análise preliminar de riscos antes da execução;
- Ferramentas e equipamentos utilizados de forma segura.
- NR-35 (Segurança em trabalho em altura - acima de 2m):
- Treinamento obrigatório para os trabalhadores;
- Plano de trabalho e análise de risco para atividades em altura;
- Uso de cintos de segurança, trava-quedas e sistemas de ancoragem;
- Supervisão durante a execução.

Dessa forma, está demonstrada a viabilidade técnica e jurídica para a dispensa do projeto executivo, conforme art. 18, §3º da Lei nº 14.133/2021, garantindo segurança e transparência no procedimento licitatório.

A contratação de empresa especializada para a execução de serviços de **manutenção predial corretiva por produção**, sem fornecimento de materiais, visa **garantir resposta técnica eficiente às demandas emergenciais e programadas**, assegurando a continuidade dos serviços públicos essenciais de saúde.

Com base na análise das ordens de serviço emitidas nos últimos 12 meses, apurou-se uma média mensal de R\$ 55.000,00 em serviços prestados, totalizando aproximadamente **R\$ 660.000,00/ano**, o que justifica tecnicamente a realização de procedimento licitatório para formalização contratual.

2 – MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A modalidade de licitação adotada será o **Pregão Eletrônico**, conforme previsto no art. 28 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto é comum e padronizado, e que a competição eletrônica amplia a publicidade e a competitividade, garantindo maior vantajosidade à Administração Pública.

2.2 – FORMALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

Considerando a **natureza contínua dos serviços**, com intervenções que devem ocorrer sob demanda, justifica-se a formalização da contratação por **instrumento contratual**, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021. O contrato possibilitará o acompanhamento e a gestão técnica adequada, além de prever cláusulas de responsabilização, prazos e penalidades.

3 – DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

Identificação das necessidades

- 1 Garantir a conservação e funcionalidade das estruturas físicas das unidades de saúde.
- 2 Responder de forma célere a ocorrências de reparos prediais corretivos.
- 3 Assegurar ambiente adequado ao atendimento à população e aos profissionais da saúde.

Identificação das necessidades tecnológicas

- 1 Empresa capacitada com equipe técnica especializada em manutenção predial.
- 2 Utilização de ferramentas e equipamentos adequados aos serviços contratados.

Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução

- 1 Capacidade técnica comprovada da empresa.
- 2 Registro em conselho de classe (CREA ou CAU).
- 3 Disponibilidade para execução sob demanda conforme ordens de serviço.

4 – ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

A estimativa foi baseada no **histórico de consumo dos últimos 12 meses**, considerando os serviços efetivamente executados por produção, com base na Tabela SINAPI/SC.

A média mensal foi de aproximadamente R\$ 55.000,00, resultando em R\$ 660.000,00 anuais. O valor será contratado por produção, mediante medições mensais dos serviços realizados e atestados pela fiscalização contratual.

5 – ANÁLISE DE SOLUÇÕES

Foram analisadas as seguintes possibilidades:

- Realização direta pela Administração – inviável pela ausência de equipe técnica própria e demanda contínua;
- Contratação por item com fornecimento de materiais – não recomendada, pois encarece os custos e dificulta o controle;
- Contratação por produção, sem fornecimento de materiais – solução viável, prática, com controle unitário e medições técnicas padronizadas.

5.1 – IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Contratação por produção, sem fornecimento de materiais, com base na Tabela SINAPI/SC
2	Contratação global com fornecimento de materiais
3	Execução direta pela Administração

5.2 – ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

Solução 1 (Escolhida) – Permite controle por item, com base em tabela pública e transparente

(SINAPI/SC); possibilita fiscalização técnica precisa e pagamento por produção.

Solução 2 – Exige maior controle logístico e financeiro; dificulta glosas; risco de superfaturamento de materiais; aumenta significativamente o custo total da contratação, em razão da margem comercial embutida nos insumos.

Solução 3 – Inviável pela ausência de equipe interna de engenharia e mão de obra qualificada para execução direta.

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3		X	
A Solução está disponível no Portal de Compras Públicas?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3		X	
Permite controle orçamentário e financeiro por item?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3		X	
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
Adota referencial técnico oficial de preços (Tabela SINAPI)?	Solução 1	X		
	Solução 2		X	
	Solução 3		X	
Exige estrutura interna de fiscalização adicional?	Solução 1		X	
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
A Solução é aderente às regulamentações de políticas públicas municipais para manutenção da rede de saúde??	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3		X	
Apresenta flexibilidade operacional para ordens de serviço sob demanda?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3		X	

6 – REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

Durante a fase de levantamento e análise de alternativas para atendimento da demanda, foram identificadas outras soluções além da proposta como preferencial. Entretanto, após criteriosa avaliação técnica, operacional e orçamentária, as seguintes soluções foram consideradas **inviáveis** para a Administração Pública, pelos motivos a seguir descritos:

Solução 2 – Contratação com fornecimento de materiais pela contratada **Justificativa da inviabilidade:**

Embora tecnicamente possível, esta solução apresenta **custos significativamente superiores**, pois inclui a margem comercial sobre os insumos e dificulta o controle técnico e financeiro sobre os quantitativos aplicados. A adoção deste modelo comprometeria a **vantajosidade econômica**, aumentaria a **complexidade da fiscalização** e exigiria estrutura adicional para conferência, armazenamento e controle de materiais, o que **onera a Administração sem agregar benefícios proporcionais à eficiência contratual**.

Solução 3 – Execução direta pela Administração (força de trabalho própria) Justificativa da inviabilidade:

A execução direta dos serviços de manutenção predial corretiva por equipe própria da Secretaria Municipal de Saúde **não é viável operacionalmente**, em virtude da **ausência de quadro técnico e mão de obra especializada**, bem como da **inexistência de infraestrutura física e logística** para atender à demanda rotineira e emergencial. Além disso, tal solução demandaria concurso público, aquisição de equipamentos, insumos e estrutura administrativa, o que **representaria um custo inicial elevado e incompatível com a urgência e continuidade da demanda**.

Conclusão:

As soluções acima foram devidamente avaliadas sob os aspectos técnico, econômico e operacional e, diante das **restrições institucionais, orçamentárias e de eficiência administrativa**, não são recomendadas para atender à necessidade em questão. Dessa forma, **a única solução viável identificada é a contratação por produção, com base na Tabela SINAPI/SC, sem fornecimento de materiais, utilizando o critério de maior desconto concedido**.

7 – ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS

Memória de Cálculo:

- Média mensal: R\$ 55.000,00
- Período contratual: 12 meses
- **Custo total estimado: R\$ 660.000,00**

A adoção da Tabela SINAPI/SC assegura padronização, economicidade e transparência nos preços públicos, sendo amplamente reconhecida pelas administrações públicas em todas as esferas federativas.

• Acesso às tabelas do SINAPI/SC

- O acesso às tabelas do SINAPI será realizado pelo endereço eletrônico: <https://www.caixa.gov.br/poder-publico/modernizacao-gestao/sinapi/Paginas/default.aspx>
- Para encontrar os relatórios a partir de 2025:
 - Role até o final da página.
 - Clique em **SINAPI – Relatórios mensais – a partir de 2025**.
 - Selecione o arquivo **SINAPI-2025-08-formato-pdf**.

7.1 – CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS

Solução Viável 1

Custo Total – Memória de Cálculo

Contratação por produção, com base na Tabela SINAPI/SC, sem fornecimento de materiais, com julgamento por maior desconto concedido.

A estimativa do custo total da contratação foi realizada com base no **histórico de demandas atendidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma no período de 12 meses anteriores à presente solicitação**, considerando ordens de serviço de manutenção predial corretiva emitidas sob contratos anteriores de mesma natureza.

Foi apurada uma média de R\$ 55.000,00 mensais em serviços executados, com variações decorrentes da sazonalidade e da complexidade das ordens de serviço. A aplicação dessa média ao período contratual de 12 meses permite projetar o valor global estimado de **R\$ 660.000,00** (seiscentos mil reais).

O valor estimado será contratado sob o regime de **empreitada por preço unitário**, e os pagamentos

serão realizados **por produção efetivamente medida**, com base nos **itens e coeficientes da Tabela SINAPI vigente no Estado de Santa Catarina**, aplicando-se o **percentual de desconto ofertado pela contratada**, conforme critério de julgamento previsto no edital.

A estimativa contempla exclusivamente **serviços técnicos especializados de manutenção predial**, não estando incluído o fornecimento de materiais, que serão providos diretamente pela Administração conforme necessidade. O acompanhamento das execuções será realizado por equipe técnica designada, com base em ordens de serviço individualizadas, relatórios fotográficos e medições de campo.

Memória de Cálculo:

- Valor mensal estimado: R\$ 55.000,00
- Período de contratação estimado: 12 meses
- Valor total estimado: **R\$ 660.000,00**

Ressalta-se que a Tabela SINAPI (publicada pela Caixa Econômica Federal em conjunto com o IBGE) é adotada como referência oficial pela Administração Pública Federal, estadual e municipal para estimativas e controle de custos em obras e serviços de engenharia, garantindo **padronização, transparência e controle técnico-orçamentário**.

7.2 – MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS

Com base na análise técnica realizada e nos dados históricos referentes aos últimos 12 (doze) meses de execução de serviços de manutenção predial corretiva na Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma/SC, elaborou-se o seguinte mapa comparativo de custos totais das soluções viáveis identificadas no item 5.1 deste Estudo Técnico Preliminar:

Descrição da solução	Estimativa custos ao longo dos anos	Média Total (10 anos)
	Média anual	
Solução Viável	R\$ 660.000,00	R\$6.600.000,00

8 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os serviços contratados não geram impacto ambiental direto relevante. A contratada deverá cumprir integralmente as normas ambientais, dar destinação adequada a resíduos de construção e demolição, em consonância com a Resolução CONAMA nº 307/2002

9 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- Designação de equipe técnica para gestão e fiscalização do contrato;
- Abertura de processo de contratação;
- Aprovação do ETP, Termo de Referência e demais documentos que instruem o processo.

10 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção predial corretiva, **por produção, sem fornecimento de materiais**, mediante **percentual de desconto sobre a Tabela SINAPI/SC vigente**, com prestação sob demanda nas unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma.

11 – PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Não será realizado parcelamento do objeto, uma vez que a divisão em lotes comprometeria a economia de escala e acarretaria perda de eficiência na gestão técnica e no controle das ordens de serviço. A manutenção predial corretiva, por sua natureza, exige coordenação centralizada e padronização de procedimentos, de modo a assegurar uniformidade de execução, fiscalização eficaz e otimização de custos. Assim, justifica-se a contratação em lote único, em consonância com o princípio da economicidade e com o interesse público.

12 – ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Valor estimado: **R\$ 660.000,00**

Base de cálculo: Média dos últimos 12 meses (R\$ 55.000,00 mensais)

13 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação mostra-se viável técnica e economicamente, considerando o histórico de execução, a natureza continuada do objeto e da utilização da Tabela SINAPI/SC como referencial oficial de preços. O critério de maior desconto assegura transparência, competitividade e vantajosidade, em conformidade com os princípios da eficiência e economicidade.

14 – ALINHAMENTO ENTRE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÃO

O Município de Criciúma não instituiu, até a presente data, o Plano de Contratações Anual. Assim, impossibilitando o alinhamento desta contratação com o referido plano.

15 – APROVAÇÃO E ASSINATURA

A Análise foi aprovada e assinada pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da Secretaria Municipal de Saúde, conforme listagem abaixo:

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<p>_____ Debora Jeremias dos Santos Matrícula: 66.221 Criciúma, SC 09/10/2025</p>	<p>_____ Eliane das Graças Camargo dos Santos Salib Matrícula: 57.725 Criciúma, SC 09/10/2025</p>

SECRETÁRIO DE SAÚDE
<p>_____ Deivid de Freitas Floriano Matrícula: 57.542 Criciúma, SC 09/10/2025</p>

ANEXO II AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 038/FMS/2025

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº 038/FMS/2025
(Processo Administrativo nº 706638)

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM ENTRE
SI A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, E A
EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXX**.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na Rua Domênico Sônego, nº 542 - Paço Municipal Marcos Rovaris, bairro Santa Bárbara – Criciúma/SC -CEP: 88.804-050, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. **08.435.209/0001-90**, neste ato representando Sr. Prefeito Municipal, o Diretor de Licitações e Contratos, através do Decreto nº **XXX**, de **XX** de **XXXXXXXXXX** de **20XX**, publicado no DOM **de XX de XXXXXXXX de XX**, portador da Matrícula Funcional nº **XXXXXX**, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXX**, sediada na **XXXXXXXXXXXXXX**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por **(nome e função no contratado)**, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 706638 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. **038/FMS/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva (pequenos reparos), sem o fornecimento de materiais, em prédios vinculados a Secretaria de Saúde do município de Criciúma/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e anexos.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital da Licitação;
 - 1.2.3. A Proposta do contratado;
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. A validade do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da assinatura, podendo ser prorrogada, conforme prerrogativas da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total para a execução dos serviços deste contrato é de **R\$660.000,00 (Seiscentos e sessenta mil reais)**.
- 5.2. O percentual ofertado sobre a planilha orçamentária (Tabela SINAPI) é de **XX% (xxxxxx)**.
- 5.3. Os serviços e as quantidades, previstas para este contrato são os constantes na planilha orçamentária a seguir, constantes na proposta vencedora da licitante e aceita pelo CONTRATANTE, entendido este como valor justo e suficiente para a total execução do objeto licitado:

Item	Código SINAPI	Especificação	Unidade	Qtd.
1	88245	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	510
2	88267	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2400
3	88270	IMPERMEABILIZADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	490
4	88273	MARCENEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1900
5	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3000
6	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3000
7	88315	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	750
8	88317	SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	200
9	88325	VIDRACEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	300
10	88261	CARPINTEIRO DE ESQUADRIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	900
11	88310	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4000
12	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1900

- 5.4. O preço proposto é considerado completo, incluindo todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO BOLETIM DE MEDIÇÃO

- 6.1. Dos trabalhos executados pela CONTRATADA serão processadas pela equipe técnica da Secretaria de Saúde, medições realizadas a cada período de 1 (um) mês, contado da data de término do período abrangido, pela medição anterior e a final será elaborada no prazo de até 30 (trinta) dias após o término dos serviços.
- 6.2. Para efeito de boletim de medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e medidas, elaborado pela CONTRATADA, mediante carta dirigida a equipe técnica da Secretaria de Saúde.
- 6.3. A equipe técnica, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela CONTRATADA, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados.
- 6.4. Findo este prazo e não havendo manifestação da equipe técnica da Secretaria de Saúde, a CONTRATADA estará autorizada a emitir a respectiva nota fiscal/fatura.

- 6.5. Caso a equipe técnica da Secretaria de Saúde venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito, à CONTRATADA, que deverá apresentar novo boletim de medição corrigido, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.
- 6.6. A aprovação do boletim de medição se dará com a atestação da equipe técnica da Secretaria de Saúde, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional.
- 6.7. Os boletins de medições deverão corresponder aos serviços efetivamente executados até o final de cada mês, compreendendo períodos correspondentes a 30 (trinta) dias consecutivos, exceto o inicial e o final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias.
- 6.8. Não havendo serviços a mediar no mês, será procedida Medição Parcial de saldo “zero”.
- 6.9. A CONTRATADA deverá destacar na nota fiscal/fatura, o número e a data de assinatura deste contrato, o mês da execução do serviço, o número do boletim de medição.
- 6.10. Juntamente com a primeira medição de serviços, a CONTRATADA deverá apresentar comprovação das ARTs;
- 6.11. Os quantitativos dos serviços relacionados no item 5.3 deste contrato, para efeito de pagamento, deverão ser considerados apenas como previstos, não importando em obrigação da Secretaria de Saúde, de autorizar sua execução integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 7.1. O pagamento será efetuado após a prestação dos serviços, em até 30 (trinta) dias, contados da atestação da nota fiscal/fatura, por Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito bancário em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário a serem especificadas pela CONTRATADA na nota fiscal/fatura, observando a ordem cronológica.
- 7.2. A atestação da Nota Fiscal se dará mediante o “CERTIFICO” pelo responsável do órgão competente autorizado para o recebimento dos produtos, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.
- 7.3. A CONTRATADA deverá destacar na nota fiscal/fatura, além do número e a data de assinatura do contrato, os dados bancários: Banco, Agência e nº Conta-Corrente.
- 7.4. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Criciúma/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.
- 7.5. Antes da emissão da Nota Fiscal, a CONTRATADA deverá apresentar relatório de medição para conferência do fiscal do contrato, que em até 05 (cinco) dias, deverá analisar o relatório e autorizar a emissão da NF.
- 7.6. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.
- 7.7. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativo a Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação destes.

7.8. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

7.9. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

7.10. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

7.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V)

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado do mês base do orçamento, ou seja, **outubro de 2025**, conforme DECRETO SG/Nº 1436/25, DE 3 DE JULHO DE 2025.

8.2. Os preços contratuais serão reajustados, para mais ou para menos, observada a periodicidade de 12 (doze) meses que terá como termo inicial a data do mês de referência do orçamento estimado pelo Município, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado, mediante requerimento protocolado pela CONTRATADA, em período de até 30 dias antes do fim de cada período de 12 (doze) meses.

8.3. O reajustamento dos preços contratuais será calculado de acordo com a variação dos valores do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) da Coluna 35 (Edificações), da Fundação Getúlio Vargas – FGV, na forma da legislação em vigor, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V. \frac{(I1 - I0)}{I0}, \text{ onde}$$

R: Valor do reajustamento procurado;

I1: Índice do mês de anualidade da data-base de referência do orçamento do Município;

I0: Índice de preço do mês da data base de referência do orçamento do Município; e

V: Valor da obra ou serviço a ser reajustado.

8.4. Nos atrasos por culpa e responsabilidade da CONTRATADA, os índices de reajustes serão aplicados até as datas contratuais previstas para o efetivo faturamento. Sendo injustificáveis esses atrasos ao prazo contratual das obras e serviços, não caberá qualquer reajuste.

8.5. As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.6. Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

8.7. As condições de reajustamento de preços acima estipuladas poderão vir a ser alteradas, caso ocorra a superveniência de normas federais ou estaduais que disponham de forma diferente sobre a matéria.

8.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.9. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

8.10. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

8.11. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.12. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.13. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.14. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

9. **CLÁUSULA NOVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- I. **11.001.1045.3.3.90.1.500.1002.0102 (5)**
- II. **11.001.1045.3.3.90.1.600.3110.0178 (5)**
- III. **11.001.1045.3.3.90.1.710.3210.0179 (5)**
- IV. **11.001.1049.3.3.90.1.600.0000.0138 (10)**
- V. **11.001.1050.3.3.90.1.600.0000.0138 (13)**
- VI. **11.001.1050.3.3.90.1.600.3110.0178 (13)**
- VII. **11.001.1050.3.3.90.1.710.3210.0179 (13)**
- VIII. **11.001.1052.3.3.90.1.600.0000.0138 (19)**
- IX. **11.001.1054.3.3.90.1.500.1002.0102 (25)**
- X. **11.001.1055.3.3.90.1.600.0000.0138 (31)**
- XI. **11.001.1056.3.3.90.1.500.1002.0102 (34)**
- XII. **11.001.1057.3.3.90.1.500.1002.0102 (37)**
- XIII. **11.001.1202.3.3.90.1.500.1002.0102 (57)**
- XIV. **11.002.1048.3.3.90.1.500.1002.0102 (71)**
- XV. **11.002.1223.3.3.90.1.500.0000.0100 (66)**

10. **CLÁUSULA DÉCIMA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.1. As obras/serviços serão definidas e solicitadas de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, através da Secretaria de Saúde.

- 10.2. Para cada obra/serviço a ser executada, será expedido uma “Ordem de Serviço”, a qual especificará o local de execução.
- 10.3. A CONTRATADA deverá manter diariamente, estrito canal de comunicação com o departamento técnico da Secretaria de Saúde, para receber “Ordens de Serviço”;
- 10.4. Nenhuma obra ou serviço deverá ser realizada pela CONTRATADA sem cobertura de "Ordem de Serviço".
- 10.5. Os serviços deverão ser prestados conforme os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência, que passa a integrar esta ata independentemente de sua transcrição.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 11.1. A execução deste Contrato será gerida, acompanhada e fiscalizada pelo(a) servidor(a) designado por portaria publicada no Diário Oficial do Município, como representante do contratante, devendo o mesmo garantir a integridade dos produtos.
- 11.2. O Gestor e o Fiscal do Contrato por parte do CONTRATANTE exercerão as atribuições previstas no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal SG/nº 1415 de 8 de julho de 2024, em seu artigo 68.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

- 12.1. São obrigações do Contratante:
- 12.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 12.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 12.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 12.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 12.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 12.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 12.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 12.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

13.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

13.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

13.9. Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.10. Na emissão da Nota Fiscal, atender o disposto pelo Município de Criciúma, quanto a retenção, na fonte, do Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IRRF, conforme Decreto Municipal nº 1279/2023.

13.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

13.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

13.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

13.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

13.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESPONSABILIDADE SOCIAL NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. A CONTRATADA se compromete a empregar, na execução dos serviços objeto deste contrato, prioritariamente:

- a) Mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, em conformidade com os termos da Lei Municipal nº 7.823/2020;
- b) Pessoas em cumprimento de pena nos regimes semiaberto ou aberto, nos termos da Lei Municipal nº 8.245/2022.

14.2. O cumprimento desta cláusula deverá ser comprovado mediante apresentação de documentação hábil, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, como forma de demonstrar o atendimento às disposições legais e ao compromisso com a responsabilidade social.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Considerando que o Contratante se declara CONTROLADOR, pois a ele competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. O Contratado, por sua vez, se declara OPERADOR, pois realiza o tratamento de dados pessoais em nome do CONTROLADOR, devendo também respeitar os mandamentos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.3. As partes deverão executar os tratamentos de dados com atenção especial aos princípios previstos no art. 6º, bem como às bases legais previstas nos artigos 7º e 11, todos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), quanto à estrita finalidade e necessidade do tratamento.

15.4. As partes se comprometem mutuamente ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), devendo o contratado alterar ou adequar as regras de negócios aplicáveis à Lei sempre que solicitado ou necessário, além de prestar os serviços seguindo as regras correspondentes ao tratamento de dados pessoais.

15.5. Ambas as partes poderão compartilhar informações que auxiliem em defesas judiciais, administrativas ou arbitrais, desde que sejam mínimas ao cumprimento dos princípios da ampla defesa e do contraditório. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.6. O Contratado deve auxiliar o Contratante a garantir o cumprimento das obrigações do CONTROLADOR de dados de acordo com os dispositivos contidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), fornecendo a ele, quando solicitado, informações sobre aspectos técnicos e medidas organizacionais já implementadas.

15.7. É proibido o compartilhamento dos dados pessoais fornecidos pelo Contratante com terceiros não autorizados. Consideram-se terceiros não autorizados aqueles não relacionados à finalidade de cumprir o objeto do presente contrato.

15.8. Caso seja necessário a contratação de novos prestadores, eles também serão considerados como Operadores e deverão contar com a anuência do Contratante, devendo também cumprir as obrigações previstas neste contrato. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

15.9. O tratamento dos dados pessoais dos titulares somente pode durar pelo intervalo de tempo essencial ao atendimento da finalidade proposta ou, ainda, pelo período necessário para atendimento a uma obrigação legal ou exercício regular de direito.

15.10. Caso o Contratante requeira, o Contratado deverá eliminar, corrigir, anonimizar e/ou bloquear o acesso aos dados tratados em razão do contrato firmado, em caráter definitivo ou não, a critério do Contratante, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

15.11. Eventuais requisições de titulares realizadas diretamente à Contratada, deverão ser redirecionadas para o Contratante no prazo de 03 (três) dias úteis para o e-mail do Encarregado de Proteção de Dados do Contratante: lgpd@criciuma.sc.gov.br.

15.12. Em caso de incidente, vazamento, perda ou acesso indevido de dados por terceiro não autorizado, cuja guarda e tratamento seriam de responsabilidade do Contratado, independente das razões que justifiquem o ocorrido, deverá o Contratado comunicar ao Contratante, por escrito, abarcando, no mínimo, as seguintes informações:

- 15.12.1. I. data, hora e local do incidente;
- 15.12.2. II. data e hora do conhecimento do fato pelo Contratado;
- 15.12.3. III. relação de dados afetados;
- 15.12.4. IV. relação de titulares afetados;
- 15.12.5. V. medidas que estão sendo tomadas para conter os dados;
- 15.12.6. VI. contato do Encarregado de Proteção de Dados para posteriores informações.

15.13. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 16.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Multa por dia de atraso em relação aos prazos fixados neste contrato: 0,5% (zero virgula cinco por cento), ao dia, do valor constante na proposta comercial da CONTRATADA.

(2) Multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor global deste contrato, em caso de rescisão motivada pela CONTRATADA ou por iniciativa desta (sem justo motivo).

Obs1.: As penalizações poderão ser aplicadas tanto por meio de procedimentos administrativos paralelos à execução do contrato, como também por meio de glosas, que serão registradas no boletim de medição e na fatura como a incidência da penalidade. Essas medidas garantem a transparência e a devida formalização das sanções impostas, de acordo com as cláusulas contratuais acima expostas.

Obs2.: Em caso de reincidência das situações que resultaram em penalidades, as multas aplicadas poderão ter seu valor dobrado. Isso visa a reforçar a importância do cumprimento adequado das obrigações contratuais e incentivar a CONTRATADA a evitar repetições de falhas.

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

16.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

16.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 16.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

16.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

16.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

16.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

16.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

17.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

17.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

17.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

17.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

17.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

17.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

17.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.6.1.3. Indenizações e multas.

17.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

17.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NOVA – ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

19.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO ([art. 92, §1º](#))

21.1. Fica eleito o Foro Privativo da Vara de Feitos da Fazenda Pública desta Cidade, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Criciúma-SC, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

ANEXO III
AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 038/FMS/2025
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de manutenção predial preventiva e corretiva (pequenos reparos) para os serviços de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma. O processo licitatório dar-se-á por maior desconto concedido sobre o valor referência da tabela SINAPI, conforme segue:

Especificação	Percentual de desconto linear sobre os itens da planilha
Manutenção predial preventiva e corretiva (pequenos reparos)	XX%

Item	Código SINAPI	Especificação	Unidade	Qtd.	Preço Unit.	Preço Total
1	88245	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	510	R\$ 35,29	R\$ 17.997,90
2	88267	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2400	R\$ 35,32	R\$ 84.768,00
3	88270	IMPERMEABILIZADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	490	R\$ 35,59	R\$ 17.439,10
4	88273	MARCENEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1900	R\$ 34,95	R\$ 66.405,00
5	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3000	R\$ 29,39	R\$ 88.170,00
6	88316	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3000	R\$ 24,73	R\$ 74.190,00
7	88315	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	750	R\$ 35,29	R\$ 26.467,50
8	88317	SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	200	R\$ 50,23	R\$ 10.046,00
9	88325	VIDRACEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	300	R\$ 27,84	R\$ 8.352,00
10	88261	CARPINTEIRO DE ESQUADRIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	900	R\$ 35,43	R\$ 31.887,00
11	88310	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4000	R\$ 36,71	R\$ 146.840,00
12	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1900	R\$ 46,02	R\$ 87.438,00
VALOR GLOBAL						R\$660.000,00

O orçamento foi aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da Secretaria Municipal de Saúde, conforme listagem abaixo:

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<p>_____ Debora Jeremias dos Santos Matrícula: 66.221 Criciúma, SC 09/10/2025</p>	<p>_____ Eliane das Graças Camargo dos Santos Salib Matrícula: 57.725 Criciúma, SC 09/10/2025</p>

SECRETÁRIO DE SAÚDE
<p>_____ Deivid de Freitas Floriano Matrícula: 57.542 Criciúma, SC 09/10/2025</p>

ANEXO IV
AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 038/FMS/2025
DECLARAÇÃO CONJUNTA

Ref. **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 038/FMS/2025**

A empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ n.º **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador (a) da Carteira de Identidade n.º **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** e do CPF n.º **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, declara:

- a) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- b) Que o ato constitutivo é vigente.
- c) Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- e) Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- f) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Que a proposta de preços compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- h) Que a proposta cumpre os termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- i) Que na qualidade de proponente do procedimento licitatório supra, instaurado pelo Município de CRICIÚMA/SC, não possui em seu quadro societário Servidor Público municipal da ativa.
- j) Que está ciente de verificar seu e-mail, indicado no contrato, a cada 24 (vinte e quatro) horas, afim de receber as comunicações das decisões, determinações e deliberações entre as partes, nos termos do item 1, do art. 13 do Decreto SG/Nº 14/15/24 de 8 de julho de 2024.
- k) Que, caso esta empresa seja vencedora da licitação, compromete-se a contratar mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar nos termos da Lei Municipal nº 7.823/2020.
- l) Que, caso esta empresa seja vencedora da licitação, compromete-se a contratar como mão de obra pessoas presas (em regime semiaberto ou aberto) ou egressos do sistema prisional, nos termos da Lei Municipal nº 8.245/2022, de 11 de novembro de 2022.

Local e data.

Nome e número da identidade do declarante
(representante legal da empresa)

Obs: esta declaração deverá assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s) da proponente.